

# A importância da geopolítica do terrorismo\*

Tiago Alexandre Maurício

**É** impossível analisarmos a obra *O Terrorismo e a Ideologia do Ocidente*<sup>1</sup> sem paralelamente analisarmos a obra *A Grande Mentira*,<sup>2</sup> do mesmo autor, porém de publicação prévia.

Com efeito, as duas imiscuem-se em vários pontos e chegam até a complementarem-se a respeito de algumas matérias.

Tanto é assim que logo nas palavras introdutórias lemos: “Este pequeno ensaio vem na seqüência de outro pequeno ensaio, publicado em 2004, com a designação de ‘A Grande Mentira — Ensaio sobre a Ideologia do Estado’.”<sup>3</sup>

Logo, tomaremos a liberdade de analisar a importância da geopolítica do terrorismo por meio da lente analítica destas respectivas obras.

Ambos os livros têm como base um fenômeno muitas vezes esquecido pela tradicional literatura crítica das grandes escolas de pensamento do mundo dito industrializado, o qual parece tomar a dianteira na elaboração das grandes doutrinas que definirão o rumo das correntes políticas, econômicas e sociais do futuro.

A ideologia, por si só, aparece mais como um artefato herdado de manifestações coletivas, em momentos históricos dos quais ninguém possui um olhar científico suficientemente distante, para discutir construtivamente sobre ela.

Com efeito, criaram-se alguns estigmas envoltos do conceito de ideologia, sendo muitas ve-

zes associada ao nazismo, fascismo, comunismo e outros “ismos”, que mancham algumas páginas da história recente de muitos países.

No entanto, e como observa o autor, a própria concepção populista de que a era das ideologias terminou é ela própria o resultado de um entendimento da vida e fazeres públicos, internos e internacionais, de tal forma totalitarista que nada mais conclui do que a completa realização de uma ideologia vencedora.

Ao rematarmos prontamente as várias manifestações de ideologias com as quais o Ocidente deparou-se como tal, estamos implicitamente a reconhecer a nossa como a mais válida e universal das ideologias restantes.

Contudo, não será este pré-conceito uma manifestação de uma ideologia que, pela sua abrangência e profundidade, já não conseguimos ver seus limites? Não será o politicamente correto apenas um mecanismo de garantir a subserviência voluntária de comportamentos e idéias a um conjunto de valores que hoje tomamos por universais e dogmáticos? Não existirá uma coletividade da qual emana esta ideologia, procurando adaptar-se, como todas as ideologias, às várias transformações que enfrentam o *status quo* do sistema criado?

O presente trabalho, assim como as obras sobre as quais baseamos as nossas reflexões, procurará responder a estas perguntas de referência,

\* Transcrito de InfoRel de 19/02/2008 - 9h44 min, publicado originalmente no *Jornal Defesa* de Lisboa, Portugal, parceiro do InfoRel.

tentando simultaneamente analisar quais os processos, atores e sistemas responsáveis pela situação das relações internacionais.

### Operacionalização de conceitos

Antes de prosseguirmos com a respectiva análise, é fundamental codificarmos conceitualmente quais os conteúdos inseridos nos termos “terrorismo”, “ideologia” e “Ocidente”, pois apenas quando definirmos com relativa precisão o que cada um significa, poderemos avançar na sua explanação.

Tomando as próprias palavras do professor, postulamos que: a) todo o terrorismo é ato político; b) o terrorismo é instrumental, ou seja, é um meio, e não um objetivo final; c) para o entendimento da lógica do terrorismo devem ser considerados, separadamente, os seus propósitos imediatos dos mediatos [...]; e d) o critério do benefício objetivo é fundamental para a definição da lógica do terrorismo.<sup>4</sup>

Etimologicamente, o termo terrorismo advém da designação do período que se sucedeu à Revolução Francesa de 1789, o qual entrou para a história como o Reino do Terror. Contudo, esta não é a única, nem sequer a oficial definição do significado de terrorismo.

No próprio nível da Organização das Nações Unidas falhamos em encontrar consenso. O único documento com uma clara alusão à definição de terrorismo é aquela contida na Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas nº 49/60, que afirma:

*Criminal acts intended or calculated to provoke a state of terror in the general public, a group of persons or particular persons for political purposes are in any circumstance unjustifiable, whatever the considerations of a political, philosophical, ideological, racial, ethnic, religious or any other nature that may be invoked to justify them.*<sup>5</sup>

Em suma, aqui se reúnem as principais teorias que definem o que é o terrorismo.

De fato, e embora muitos autores avancem ainda com numerosas tipologias referentes à metodologia aplicada, aos objetivos, áreas de ação, alvos etc., parece-nos importante realçar a natureza essencialmente subversiva do indivíduo, grupo ou organização terrorista.

Sendo política, ou por outras palavras, movida por qualquer percepção ou concepção da *res publica*, ou coisa pública na tradição romana, toda ação terrorista tem por objetivo alterar o equilíbrio político, econômico e social vigente com a finalidade de atingir objetivos específicos, isto é, infligir em um todo sistêmico um fator de mudança não-sistêmico.

Acrescentaríamos ainda, à caracterização acima, que o terrorismo é um mecanismo de subversão de uma coletividade contra outra, adquirindo não só uma acepção antropológica como também estratégica.

Por definição, estratégia é o conjunto de pressupostos, processos e avaliações que procuram descortinar qual a melhor forma de uma entidade satisfazer os seus interesses e objetivos majoritariamente, mas nem sempre em detrimento de outrem.

Embora a Soma Variável tenha ganhado alguma importância nas relações internacionais, continua a vigorar a preponderância da dicotomia de Schmitt,<sup>6</sup> que se baseia na distinção entre amigo e inimigo.

Portanto, simultaneamente a uma análise geopolítica do terrorismo, subjaz outra, referente à geoestratégia do terrorismo.

No entanto, o que importa reter é a dualidade marcadamente maniqueísta que rege todas as dinâmicas existentes entre aquele indivíduo ou grupo que pratica ações terroristas, daquele outro grupo que sofre as mesmas.

Relativamente ao conceito de ideologia, e na ausência de uma definição operacional linear, consideraremos toda a ação e omissão política conducente ou respeitante a uma corrente principal, responsável pela agregação de um conjunto de lugares-comuns e pressupostos sociais de uma percentagem majoritária da comunidade e posterior formação de um sistema político definido.

A ideologia, ou senso comum maioritário, é então constituído por um conjunto de valores, percepções, concepções e dialéticas focadas na interpretação de uma doutrina política que adquire uma mobilização que ambiciona a construção de um sistema.

Conforme a obra *Ciência Política*, ideologia é “[...] a força social à qual corresponde uma doutrina produzida em um sistema complexo de causa e de efeito.”<sup>7</sup>

Nestes sistemas de idéias, e à semelhança de outros, como os religiosos, místicos, científicos, entre outros, reúnem-se entendimentos e interpretações diversas, por vezes empíricas, que procuram explicar a realidade segundo uma narrativa coerente e auto-esclarecida, isto é, que encerre em si mesma as perguntas e respostas sobre o todo político, quer se trate de uma “organização, prioridade, opção, escala de valores, alternativa, em suma, na vida humana, económica, cultural, social-religiosa e política.”<sup>8</sup>

Para finalizar, e avançando para o conceito que invoca maior imprecisão, é necessário caracterizar o significado do termo Ocidente.

Este é um espaço que conglomerava diversas realidades político-sociais nem sempre coincidentes, mas que têm de si uma idéia de comunidade partilhada e sentimento de pertença a essa denominação.

Em termos históricos, é constituído pela Europa Central e Ocidental, estendendo-se até

às antigas colónias imperiais britânicas e francesas e que, após a descolonização mantiveram voluntariamente uma certa proximidade com aquelas, como é o caso dos Estados Unidos da América, Canadá, África do Sul, Austrália etc.

Em termos políticos, definiríamos o Ocidente como o conjunto de países que compartilham um sistema democrático representativo, fundamentado em uma tripartição de poderes à maneira de Montesquieu, com partidos políticos que se alternam no poder.

Desta forma, aos Estados acima mencionados, acrescentaríamos o Japão, a Coreia do Sul, a Índia, o Brasil, o México, e tantos outros que perderíamos certamente qualquer noção de contiguidade territorial ou definição geográfica precisa.

As duas definições nos parecem, então, insuficientes para servirem de fundamento científico a qualquer dissertação sobre a temática em apreço.

Deve ainda ser considerada uma possível comunidade supranacional abrangente aos Estados de língua ou expressão anglo-saxónica ou francesa, o que, de certo modo, não deixa de corresponder a parte da verdade, pois dada a dispersão dessas comunidades lingüísticas, os sistemas políticos e seu modo de atuação no sistema internacional demonstram alguns pontos de convergência, tais como a promoção da democracia, a adoção de economias de mercado, tripartição dos poderes executivo, legislativo e judicial, laico e demais fatores que compõem as respectivas sociedades políticas.

No entanto, assim deixaríamos de fora o Japão, a Coreia do Sul, Portugal, Espanha, Itália, e tantos outros atores das relações internacionais que indubitavelmente são associados a essa entidade informe e flexível a qual designamos Ocidente.

Com Samuel Huntington e o seu *O Choque das Civilizações* vemos ainda mais reduzida esta dimensão política, pois nela apenas

incluiríamos a Europa Central e Ocidental, juntamente com a América do Norte, exceto México, e a Austrália.

A resposta terá necessariamente que respeitar outros fatores, que intangíveis, melhor nos ajudam a entender todo o espectro multidimensional respeitante ao termo.

Para tal, recorreremos novamente a Schmitt, cujas comunidades de destino resumem a existência de uma ordem quase tácita, estabelecida entre realidades político-históricas, leia-se Estados, e que por cujas comunidades inferiores vêm autonomizado um sentimento de pertença (*sense of belonging*) a uma comunidade superior partilhada de futuro.

Desta forma, por Ocidente compreende-se todo o conjunto de comunidades políticas que tomam elas mesmas parte nesta comunidade de destino, por se perspectivarem no presente e no futuro como tal.

Em termos geopolíticos, todas estas concepções apenas demonstram a extrema flexibilidade e versatilidade que esta entidade apresenta, sendo capaz de imprimir, com um grau elevado de mutabilidade e adaptabilidade, diferentes forças no sistema internacional, conforme as pretensões dos membros que o constituem.

Sendo certo que no topo desta comunidade se encontram países como Estados Unidos, Canadá, Reino Unido, Japão e Alemanha, pelo seu poder e capacidade de influência no sistema internacional, diríamos, então, que a inserção geográfica desta comunidade geopolítica transita nos limites entre uma clara definição geopolítica e um conglomerado mais ou menos determinado de interesses variados.

Por força da lei da parcimônia, entendemos o Ocidente como aquele acordo tácito que encontra manifestações em diversas esferas da sociedade internacional, mantido e utilizado por uma comunidade anglo-saxônica alargada de interesses.

Embora não reconheçamos a existência de um sistema unipolar dominado exclusivamente pelos Estados Unidos, entendemos que esta comunidade anglo-saxônica é responsável em maior grau pela projeção de política externa, formal (alianças militares, acordos econômicos, *hard power*) e informal (empresas multinacionais, organizações não-governamentais, *soft power*), mais significativa em nível internacional, na qual incluiríamos o Reino Unido, Canadá, Austrália e potências aliadas e a ela subordinadas, como o Japão, França, Alemanha etc.

### Tipologia do terrorismo

À semelhança do esquema apresentado na obra em apreço, mas aprofundado nas obras *Ciência Política: estudo da ordem e da subversão*,<sup>9</sup> e *A subversão do Estado*,<sup>10</sup> é indispensável um breve esclarecimento sobre quais as várias dimensões que o fenômeno do terrorismo pode encerrar como conceito inserido no léxico da Teoria das Relações Internacionais. Desse modo, temos:

1. Origem (ou amplitude geográfica da qual emergem organizações terroristas)
  - a. Localizada: surgem de tensões e cenários localizados (ex.: Farc, Tigres Tamil);
  - b. Regional: advém de uma conjuntura generalizada e multidimensional, favorável à emergência de organizações terroristas (ex.: Al-Qaeda, Jihad Islâmica).
2. Natureza da missão (ou substrato social que confere legitimidade)
  - a. Elitista: aquela que serve aos propósitos exclusivos da organização terrorista, sem atender, inequivocamente, a uma legitimidade populista do seu projeto de ação (ex.: ETA, IRA);
  - b. Populista: toda a missão que emerge de um descontentamento generalizado

das populações oprimidas e que, subseqüentemente, apóiam incondicionalmente os meios pelos quais a organização procura atingir seus fins (ex.: Al-Fatah, Frente Polisário).

### 3. Recrutamento (ou tipos de adesão à organização)

#### a. Quantidade

1) Restritiva: quando são escolhidos indivíduos que respeitam um certo perfil político-ideológico determinado e congruente com aquele da elite no poder, ou qualquer outro critério seletivo de discriminação (ex.: IRA, Hezbollah);

2) Alargada: é indiscriminado o número de pretendentes a recrutamento para as fileiras da organização terrorista, sendo até verificável a existência de várias tendências político-ideológicas internas divergentes (ex.: Al-Qaeda, com o dilema regionalização *versus* globalização, e o Al-Fatah, com divergências relativas à metodologia diplomática da OLP).

#### b. Qualidade

1) Político-Ideológica: o recrutamento respeita um conjunto de valores e percepções político-ideológicas que conferem uma certa homogeneidade à organização (ex.: IRA, Exército Vermelho);

2) Técnica: responsável pela satisfação de determinados requisitos funcionais da organização, como o financiamento, construção de bombas, venda de armas, propaganda etc. (Al-Qaeda, com recrutamento dos pilotos do atentado de 11 de setembro de 2001; Culto Aum Shinri-kyo, com aquisição e utilização de gás Sarin, no ataque ao metrô de Tóquio, em 1995);

3) Institucional: nos casos em que a organização terrorista obtém apoios de instituições, nomeadamente Estados (ex.: Hezbollah, Hamas);

### 4. Finalidades dos ataques (ou objetivos)

#### a. Sociais

1) Psicológicas: todo o tipo de operações ou atos terroristas que visam a “um constrangimento mental” nos indivíduos das populações-alvo, sendo, portanto, relativa a toda a organização terrorista;

2) Sociológicas: quando os atos pretendem condicionar e/ou influenciar a opinião pública das populações-alvo, atuando na chamada “psique coletiva”, de forma a ficarem atentas para as reivindicações, para a existência da organização, para um determinado problema, ou para outros fatores;

3) Políticas: ambiciona a influência e/ou alteração de agendas políticas, da estabilidade política em geral, ou do relacionamento entre a elite política e as populações, ou entre aquela e outros Estados;

4) Religiosas: os ataques se destinam a afetar determinadas comunidades religiosas;

5) Econômico-Energéticas: não deixando de lado as anteriores dimensões, também elas vitais e interligadas no âmbito das atividades terroristas, consideraríamos aqui os fins que afetam a produção de energia, o funcionamento de instituições financeiras, sistemas de distribuição de eletricidade, e outras infra-estruturas fundamentais para a estabilidade econômica do país ou de outra coletividade atacada;

#### b. Objetivos

a) Imediatos: criar pânico, espalhar o medo, generalizar o sentimento de incapacidade nas massas;<sup>11</sup>

b) Mediatos: dialogar com o Estado e impor-lhe as suas condições, quando não mesmo, substituir o dito Estado na sua sede de poder político.<sup>12</sup>

### 5. Amplitude das conseqüências (ou nível de afetação/reação aos atos)

#### a. Geografia

1) Local: nos ataques pelos quais apenas se obtém um efeito social muito específico e quase irrelevante para a conjuntura política interna e internacional;

2) Nacional: os efeitos repercutem-se em nível nacional, afetando a ordem política e social do Estado ou da coletividade lesada;

3) Regional: quando os ataques terroristas alteram significativamente o equilíbrio político-diplomático entre dois ou mais Estados, levando-os a se adaptarem às ações prosseguidas pelo grupo subversivo;

4) Global: nos casos extremos em que a comunidade internacional sofre direta ou indiretamente com as conseqüências perpetradas por um ou vários grupos terroristas e suas atividades;

#### b. Longevidade

1) Circunstancial: isto é, as conseqüências não vão além dos danos imediatamente causados;

2) Temporária: embora ainda de curta duração, é aquela que se caracteriza por uma pequena repercussão social subsequente ao ato em si;

3) Conjuntural: aquelas conseqüências que conseguem obter um efeito multiplicador em todo o sistema internacional, estendendo-se à totalidade do mesmo, com efeito de *feedback* e *loopback* alargado;

4) Estrutural: os poucos ataques que resultam em uma alteração substancial do *state-of-the-art* internacional, implicando uma capacidade homeostática de readaptação dos aparelhos repressivos do Estado e dos Estados para combater eficazmente as causas e efeitos da nova ameaça emergente.

### 6. Atividades (ou seleção dos alvos)

a. Indiscriminadas: todos os atentados e agressões que visam generalizar um dano de monta a uma vítima previamente indefinida, anônima ou indistinta. É relativamente irrelevante quem morre ou fica ferido, desde que morra ou fique ferida muita gente;<sup>13</sup>

b. Seletivas: visa a um alvo concreto, seja para pressionar, eliminar ou para chantagear, fazer desaparecer de cena ou condicionar de forma definitiva, com a vista a alterar o paralelogramo de forças ou o circunstancialismo político de uma determinada correlação vigente.<sup>14</sup>

### 7. Apoios Logísticos<sup>15</sup> (ou proveniência dos financiamentos)

a. Apoiado por Estados violadores das leis internacionais: como instrumento de política internacional;

b. Apoiado por organizações independentes: o financiamento recorre a atividades ilícitas, como o tráfico de drogas e o contrabando de produtos ilegais;

c. Apoiado por grupos específicos: que financiam a maioria das ações subversivas.

### Breve referência histórica

Embora o fenômeno do terrorismo seja objeto de análise particularmente intensa nos tempos mais recentes, seria errôneo assumirmos que é exclusivo do século XXI.

Com efeito, considerando todo o período que abrange o final da Segunda Guerra Mundial até a atualidade, seremos forçados a reconhecer uma história do terrorismo com algumas décadas de existência e permanência no sistema internacional, sendo certo que é de assinalar as rápidas metamorfoses pelas quais tem evoluído.

Não obstante, o primeiro evento de terrorismo a assinalar no decorrer deste período ocorreu no dia 23 de julho de 1968, com a Frente Popular de Libertação da Palestina, ao desviar um avião da companhia aérea Al El com direção a Roma, Itália.

Dias depois, em 28 de agosto, o Embaixador John Gordon, dos Estados Unidos, destacado para a Guatemala é morto por uma facção rebelde, dita nacionalista, que lutava contra a intromissão externa no país.<sup>16</sup>

Desde então, temos observado uma cronologia literalmente anual em referência a atos terroristas ocorridos por todo o Mundo, mas com especial incidência em alvos norte-americanos.

### **Sobre o novo maniqueísmo**

Dando título a um capítulo da obra em análise, a mudança mais substancial que observamos no estudo do fenômeno do terrorismo internacional é, incontornavelmente, a evolução da retórica, metodologia e missão de ataques terroristas para uma dicotomia que opõe duas realidades que têm contribuído para as mais diversas alterações no nível do sistema internacional desde que seja possível identificar um — o sagrado e o profano.

Com efeito, baseadas nesta dicotomia estão formas bastante variadas de pensar e viver no mundo, formas essas que condicionam inexoravelmente o comportamento de cada ator nas relações internacionais.

Recordando os primeiros eventos terroristas no decorrer da Guerra Fria, poderemos observar que os motivos político-ideológicos de justificação derivavam, na maioria das vezes, de dissensões internas ou fenômenos a elas relativos.

Desde os casos referidos acima, até os inúmeros exemplos de desvios de aviões de passageiros (1969: Zurique, Damasco, Roma; 1970:

Israel, Filipinas, Jordânia; 1970: Iugoslávia, Israel; 1983: Avião da Gulf Air; 1985: Avião da Air India e etc.),<sup>17</sup> a explosão de bombas contra civis (Jerusalém: 1968, 1969, Munique: 1970, 1972; Milão: 1993;<sup>18</sup> e de outras variadas formas de terrorismo, incluindo ataques a embaixadas e pessoal diplomático, sobretudo norte-americanos (Guatemala: 1968; Japão e Brasil: 1969; México: 1970; Sudão: 1973; lista que se prolonga até 2003.<sup>19</sup>

No entanto, os países do Ocidente não são os únicos a sofrerem diretamente com este tipo de ataques e, embora sejam menos mediatizados, poderemos facilmente encontrar exemplos de fenômenos terroristas na Rússia, China, Índia, Filipinas, Arábia Saudita, Irlanda do Norte, Espanha, entre muitos outros, incluindo Portugal na sua guerra do ultramar.<sup>20</sup>

Se é possível estabelecer algum fio condutor entre estes atos terroristas tão diversificados, é o fato de eles terem respeitado uma lógica de atuação internacional, com objetivo de promover interesses internos.

Em outras palavras, e parafraseando o Professor Adriano Moreira, constituem antes ataques internacionalizáveis, e não propriamente internacionais,<sup>21</sup> uma vez que não foram perpetrados por atores estatais, mas por grupos que aspiravam a uma futura substituição da sede de poder.

Portanto, classificaríamos o terrorismo internacional do século XX como um fenômeno de choque entre o aparelho Estado contra pretensões nacionalistas ou independentistas, contra inimigos internos ou externos que, de alguma forma, não foram devidamente acomodadas com o processo de criação do Estado-Nação.

Quer se trate de ataques na Chechênia, na Palestina, na Caxemira, na província de Xinjiang, na China, no país basco, ou na Irlanda do Norte, o rol de justificações fundamenta-se principalmente

nas pretensões subversivas de um ou vários grupos terroristas que levantam-se contra o poder instalado, apresentando eles próprios, e com alguma frequência, os seus projetos de alternativa ao sistema, quer por secessão territorial, quer por ascensão à classe política governante.

Não obstante, exemplos errôneos desta justificação político-ideológica, como aconteceu com o ataque ao World Trade Center, em 1993, antevemos um ressurgimento de movimentos fundamentalistas islâmicos contra o mundo Ocidental, simbolizado não só pelo próprio World Trade Center, como também pelos EUA e a matriz de valores que anima o Ocidente.

Assistimos, pois, a uma mudança algo radical na natureza dos ataques terroristas, para uma realidade altamente complexa e multifacetada, que envolverá um dispêndio cada vez maior e internacionalmente coordenado.

Se o terrorismo tradicional poderia ser combatido por táticas de terrorismo de Estado e contraterrorismo, certamente a natureza que o terrorismo hoje encerra requererá novas metodologias.

Perante um inimigo informe e multicéfalo, capaz de movimentar-se flexivelmente em um sistema globalizado e aproveitar o seu caráter subversivo para explorar as vulnerabilidades dele, qualquer tentativa de fazer guerra frente a esta ameaça afigurar-se-á tremendamente esgotante. Ainda mais quando o discurso amigo-inimigo é tão demarcado, impossibilitando qualquer tipo de diálogo ou negociação.

Neste sistema, o Ocidente laico e científico parece confrontar-se com uma hoste de fanáticos religiosos e devotos, de diversos credos, cuja repulsa pelo modelo civilizacional dito ocidental é de tal maneira intrínseca à própria existência desta oposição que constitui um pólo oposto de posição perante o Mundo.

Não mais assistimos a reivindicações contra o capitalismo norte-americano onde quer que ele se encontre; agora a tônica assenta-se na própria revolta contra o capitalismo, sobre qualquer forma que este possa tomar.

A linha de moderação também fica cada vez mais tênue, especialmente na facção terrorista, caso houvesse alguma. Cada vez existem mais apoios às suas causas e fundos disponíveis para patrociná-los, conferindo-lhes um alcance nunca antes observado.

Com efeito, este novíssimo maniqueísmo é constituído por um número alargado de outros maniqueísmos, como aqueles que opõem Allah a infieis, o Alcorão ao Direito Internacional, muçulmanos a ocidentais, ou o Bem contra o Mal.

Pior; estes binômios são prontamente defendidos por ambos os lados, o que reduz qualquer possibilidade de apaziguamento a uma mera utopia.

Recorrendo ao testemunho de Al-Qurashi, um dos adjuntos de Bin Laden: “Como podem ser paradas pessoas que desejam a morte acima de tudo?”

### Constantes identitárias

O Ocidente não é mais do que o resultado de um processo contínuo originário do Iluminismo, cujas raízes poderemos datar do século XVI e início da expansão do mundo europeu, conforme descrição de Adriano Moreira.<sup>22</sup>

Também referido na obra que serve de mote a esta breve dissertação, é um modelo civilizacional que sofreu diversas alterações, por vezes bruscas, mas que tem caminhado inexoravelmente em direção a uma universalidade total, isto é, na qual o sistema ideológico, jurídico, econômico, político e também religioso se espalham ao longo de todo o sistema, hoje de escala mundial, para constituírem uma espécie de matriz de governo mundial.

Poderíamos, então, identificar fundamentos que, à semelhança dos cinco pilares do Islã,

servem de sustentação a todo o modelo civilizacional ora em análise.

Em primeiro lugar, teremos as leis gregas e o primado dos fundamentos jurídicos de igualdade perante a lei, de Justiça, de liberdade e de responsabilidade da cidadania, diante de uma classe política prosélita.

Em segundo, o legado judaico-cristão de respeito pelo outro, da sacralidade da vida e do exercício das boas virtudes e práticas. Depois, a ordem romana de ordenamento, funcionamento e repressão da sociedade, homeostaticamente capaz de acomodar diversas comunidades étnicas, religiosas, lingüísticas e culturais em um todo coerente, com tendência para a construção de uma identidade Nação supra local.

Em seguida, temos o liberalismo econômico da Escola Inglesa de Adam Smith, a qual advoga a superioridade do modelo capitalista liberal, sem intromissão do Estado nas atividades econômicas.

Em último lugar, acrescentaria a Ideologia Oligárquica, tendencialmente Plutocrática, de índole pró-democrática, que favorece a criação de grandes espaços nos quais se projetam as particularidades características do modelo originário.

Enumerados estes fatores de poder, encontramos agora capazes de averiguar as linhas de força que têm caracterizado a evolução deste espaço, um pouco à maneira de Jorge Borges Macedo na sua obra *Constantes e Linhas de Força da História Diplomática Portuguesa*.<sup>23</sup>

### **Linhas de força**

O processo de construção do Ocidente foi, como aliás já referimos, um processo contínuo. Segundo ele, sucessivas ameaças reais e potenciais condicionaram de forma determinante a evolução desta construção, por substituição da classe política governante nos vários países constitu-

intes (magnicídios, revoluções, golpes de Estado etc.), das potências diretoras que definiam o rumo evolutivo (Portugal, França, Grã-Bretanha e Estados Unidos da América), do conjunto de inimigos que prometiam derrubar a ordem instaurada (Império Otomano, Império Russo, Império Mongol, nazismo) e ainda ameaças internas que atuavam no interior do sistema, corrompendo e forçando-o a adaptar-se a um determinado sentido (Reforma Protestante, Independência dos EUA e as restantes Revoluções Atlânticas).

No entanto, poderemos identificar uma certa continuidade evolutiva na forma como os vários acontecimentos foram alterando o *status quo* vigente, em uma constante dicotomia entre tradição e revolução, adaptação e inovação.

A linha de força mais demarcada é, contudo, a de qualquer organismo vivo, isto é, a de se expandir até encontrar obstáculos ao seu crescimento.

De fato, as concepções de poder de Kjellén proferidas na obra *O Estado como Forma de Vida*<sup>24</sup> poderiam ser adaptadas com impressionante acuidade para o raciocínio em causa, pois não se tratando propriamente de uma entidade politicamente autônoma, como no caso do Estado, objeto de estudo daquele sueco germanófilo, aplicar-se-iam certamente a uma entidade ideológica mais alargada.

Aliás, os seus quatro postulados<sup>25</sup> são um testemunho de um organicismo estatal operante ao nível macro, pois suplantam as restritas fronteiras do aparelho de Estado, mesmo quando este ascende a um estatuto imperial hegemônico.

Considerando a origem geográfica do Ocidente sediada no mundo europeu, ou por outras palavras, no conjunto de convivências, práticas, costumes, arranjos, tratados, princípios e fundamentos dos relacionamentos que pautavam as interações entre os atores Estados na Europa, sobretudo a partir da Paz de Vestfália de 1648, podemos então perspectivar toda uma projeção

de poder e influência em direção ao exterior, primeiramente dirigida às colônias dos impérios europeus, depois à afetação das conjunturas internacionais regionais de atuação dos impérios, mas onde estes não eram exclusivos, como foi o caso do interior da África Meridional, Oriente Médio, Ásia Central e interior do Sudeste Asiático.<sup>26</sup>

Embora sejamos capazes de identificar um acordo tácito de governo nos respectivos espaços, teremos necessariamente que referir a fraca ou inexistente profusão do sistema político-ideológico, jurídico e econômico nestes espaços.

Caído o regime imperial colonial, o sistema Ocidental precisou adotar outros mecanismos de crescimento e propagação, recorrendo para tal a novas metodologias em estrita concordância com o seu substrato político-ideológico, pois este lhe serve de sustentação e legitimação.

Surgem então, com especial acervo, instituições internacionais de um pós-guerra causado por uma ameaça estrutural ao próprio sistema, pelas mãos de uma ideologia fascista e outra nazista, em território europeu, porém com ambições abrangentes a outros espaços tradicionalmente exíguos ao Ocidente, principalmente o Magrebe e o Leste Europeu, incluindo a Rússia, juntamente com um ressurgimento imperialista no Extremo Oriente.

Contudo, a preponderância favorável ao Ocidente prevalece, e lhe confere a capacidade indiscutível de reformular todo um sistema internacional de âmbito mundial conforme aprover à elite oligárquica governante interdependente, constituinte da vanguarda dos diversos países charneira deste bloco, inquestionavelmente liderados pelos EUA.

Entretanto, e não sem alguma previsibilidade, surge a leste um novo inimigo que ameaça não só a integridade estrutural do sistema como a sua própria existência.

O comunismo e o seu Comitê Central do Partido Comunista, economia planificada e central, e a Doutrina Brejnev, que antes de o ser já o era, aliado a instituições dinamizadoras dos interesses e estrutura político-ideológica própria, como o Kominform e Komintern, para não falar da KGB, asseguram-se de garantir ao bloco opositor uma ameaça constante e de tal forma potencialmente destrutiva que rapidamente globaliza a dicotomia existente na forma de um novo maniqueísmo.<sup>27</sup>

Não nos alongaremos nesta breve resenha histórica dos últimos cinco séculos de história para justificarmos o atual *state-of-the-art* das relações internacionais, para a qual afigura-se essencial a leitura da obra magistral de Kissinger, *Diplomacia*,<sup>28</sup> mas ficaremos, contudo, com o atual sistema Ocidental globalizado, que nunca antes fora tão globalizado como é atualmente.

Efetivamente, com a fragmentação do bloco soviético, a única superpotência vencedora, e sua hierarquia de potências têm-se assegurado em perpetuar a sua expansão no sistema internacional, por meio do alargamento da sua Governance.

Isto implica uma atuação global, provavelmente assistida por um planejamento estratégico de igual amplitude visando ao prosseguimento de interesses e objetivos que melhor capacitem a utilização das vantagens relativas detidas pelos agentes do Ocidente, valendo-se para tal de variados mecanismos dinamizadores de potencialidades, como a Organização das Nações Unidas, a Organização do Tratado do Atlântico Norte, o Grupo dos Sete/Oito, a Conferência de Davos, o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e demais fóruns multilaterais de atuação internacional.

Surpreendentemente, não encontramos nas lideranças destas e de outras instituições figuras que não sejam ocidentais, ou que de potências do Ocidente não tenham recebido o seu consentimento. A Governance é definitivamente o

novo paradigma das relações internacionais, e o seu agente é o Ocidente.

**Governance** - gov•ern•ance [guhv-er-nuh ns] –noun 1. government; exercise of authority; control. 2. a method or system of government or management.<sup>29</sup>

Segundo as mais recentes publicações de dicionários de língua portuguesa, o termo Governance não encontra definição.

Recorrer a um dicionário de língua inglesa é, pois, a única solução para iniciarmos a caracterização do conjunto de significados inseridos no termo, assim como a sua relevância para as relações internacionais.

Como nos explica o autor, é uma “ideologia que surge camuflada de uma técnica flexível que visa a um conjunto de procedimentos de eficácia e boa gestão da política neoliberal”,<sup>30</sup> ao que acrescenta “trata-se de um sistema de geometria variável, de soluções flexíveis, atinentes a regular ou desregular o sistema político clássico do Ocidente, com intuito de tornar mais efetivo e eficiente o poder dos governos que de fato passam a responder efetivamente perante a oligarquia dominante (a título de parceria estratégica pós-moderna) e apenas tangencialmente perante os eleitorados”.<sup>31</sup>

Ora, esta não mais era uma ideologia de políticos ou de filósofos, nem de tiranos ou liberais, antes reflete os interesses de uma classe dominante oligárquica eminentemente tecnocrata, focada na gestão dos grandes fluxos de capitais internacionais nos mercados globais, procurando incessantemente os maiores ganhos aos menores custos, e recorrendo, secundariamente, a formas de legitimação assentes em regimes eleitorais previamente condicionados e dirigidos por vários “maestros” que enformam a mesma música celestial.

Quer falemos de opinião pública, dos media, de instituições públicas de ensino e investi-

gação, de serviços públicos ou qualquer outra comunidade menor, está sempre patente uma “penetração de opções ideológicas no âmbito das leis constitucionais e outras, e nas estruturas e instituições delas derivadas”.<sup>32</sup>

Nesta lógica, a anterior ideologia de Estado é substituída pela ideologia de regime internacional, composta por um número considerável de entidades estatais soberanas que respondem perante os mesmos oligarcas e refletem o modelo atrás mencionado.

Novamente, reiteramos as constantes e linhas de força do Ocidente, e como esses fatores, condicionantes e variáveis de poder se interligam para constituir este modelo civilizacional alargado e tendencialmente universal.

## A Luz da Geopolítica

Qual, então, o papel da Geopolítica para o entendimento do sistema das relações internacionais? Não outro que aquele da Estrela Polar para os caminhan-tes, marinheiros e errantes — o de indicar o Norte.

À semelhança da mais brilhante estrela do hemisfério, também a Geopolítica é um objeto inatingível e sempre inconclusivo, mas que, não obstante, insiste em indicar o caminho para aqueles que a ela recorrem.

Com efeito, é pela análise das relações de poder em nível local, regional, transregional e global, conforme ensina Colin Flint,<sup>33</sup> que poderemos entender quais as alterações na balança de poderes, quais os mecanismos subjacentes ao complexo sistema internacional e quais as tendências que permite antever.

Logo, estudando as relações de poder entre os grandes espaços, com o sejam o Ocidente, cedo encontraremos respostas a algumas das perguntas que nos conduzem nesta dissertação.

E a primeira conclusão a que chegaríamos seria aquela que reconhece a existência de interesses de sinal contrário aparente, no próprio bloco civilizacional.

No entanto, há também que considerar os diversos *inputs* provenientes do subsistema exterior que têm sido crescentemente abordados como elementos fundamentais do macro sistema internacional global, como as máfias, empresas multinacionais, organizações terroristas transnacionais e outros atores não abrangidos pelo Direito Internacional Público; logo, não possuindo personalidade jurídica internacional.

### Processos dinâmicos internos

Optamos por considerar os processos de mudança internos como dinâmicos, e não divergentes, pelo simples fato de que nem todos os processos que aparentemente dividem a classe dominante seriam necessariamente elementos de perda de unidade e coesão, ao que poderão ser inclusive fatores de consolidação de posições partilhadas anteriores.

É importante realçarmos, antes de tudo, a existência de duas tendências generalizadas, que não sendo contracorrentes, contribuem positivamente para a construção de uma posição forte e íntegra da imagem, força e influência que o Ocidente transmite para o exterior.

Enquanto nos Estados Unidos essas duas tendências tomam a forma de republicanos e democratas, no Reino Unido são apelidados de *tories* e *whigs*, na França, gaullistas ou liberais, e em Portugal socialistas ou socialdemocratas, ou no âmbito europeu por neomaquiavélicos e neokantianos, ou ainda e tradicionalmente por realistas e liberais.

Como dissemos, e como é referido na obra *O Terrorismo e a Ideologia do Ocidente*, esta elite governante permanece no poder por cooptação simultânea e sucessiva, tomando a forma de dois partidos unicéfalos e siameses, conferindo ao sistema uma aparência de pluralidade e alternativa ao regime instalado que lhe confere legitimação, pelo menos para a maioria da opinião pública.

A alternância de interesses e planejamentos estratégicos é, portanto, nula ou muito reduzida, embora possam existir algumas divergências relativamente a matérias limítrofes que não ameacem estruturalmente a prossecução dos fins da oligarquia instalada.

O exemplo mais paradigmático é o norte-americano, no qual as duas facções aparentam opor-se incontestavelmente ao parecer da outra relativamente à questão do Iraque, sem contudo observarmos mudanças de fundo nesta vertente da sua Política Externa.

Uma maioria democrata foi eleita para o Congresso, com base na sua “firme” oposição contra a guerra no Iraque, prometendo cortes severos no financiamento da campanha e contribuição para a crescente falta de legitimidade e gradual contestação, interna e internacional.

Entretanto, a amplitude das concessões até ao presente atribuídas não diminuíram na substância prometida a capacidade dos EUA fazerem guerra no Iraque, nem sequer questionam a presente administração Bush sobre a própria guerra. Nem questionam tampouco a guerra no Afeganistão, nem o imobilismo face ao Darfur.

E relativamente a matérias de divergência interna, alargada em todo o Ocidente, nem a atual crise que concerne à instalação de um sistema de defesa antimíssil em território europeu parece refletir posições e perspectivas inconciliáveis quanto a questões de fundo, como a segurança coletiva e estabilidade, conclusão, aliás, partilhada por Colin S. Gray em *European Perspectives on U.S. Ballistic Missile Defense*.<sup>34</sup>

Como outras vezes no passado, os EUA continuam a contribuir com a maior fatia para o orçamento da Otan, a constituir a ponta-de-lança do Ocidente contra potências emergentes, especialmente em matérias estratégico-militares, com uma retaguarda de apoio e sustentação desta exposição desgastante.

Mas, nenhum país europeu considera abandonar a aliança, até hoje o mais forte e estável elo de ligação transatlântica, pela demonstração de insistência de algumas elites militares norteamericanas no sistema.

As exceções confirmam a regra, e esta é a de uma continuação do crescimento da aliança transatlântica, constituindo um pólo de atração centrípeta para todo o seu *near abroad*, imiscuindo-se gradualmente em anteriores áreas de contestação/concorrência de potências.

Nesta vertente, regiões que anteriormente verificavam um afastamento dos grandes decisórios de poder, como a América do Sul e África Ocidental, observam as suas órbitas estratégicas pender, de forma gradual, para uma concepção alargada de segurança coletiva em face de uma multiplicidade de ameaças, das quais o terrorismo transnacional afigura-se como o de solução mais premente. ☹

## Notas

- <sup>1</sup> LARA, António. *O terrorismo e a ideologia do Ocidente*. Coimbra: Almedina, 2007.
- <sup>2</sup> \_\_\_\_\_. *A grande mentira*: Ensaio sobre a Ideologia e o Estado. Lisboa: Hugin, 2004.
- <sup>3</sup> \_\_\_\_\_. *O terrorismo e a ideologia do Ocidente*. Coimbra: Almedina, 2007. Cf. In palavras de apresentação.
- <sup>4</sup> LARA, António. *Ciência Política*: estudo da ordem e da subversão. Lisboa: ISCSP, 2005. p. 458.
- <sup>5</sup> UN General Assembly Resolution Session 49/60.
- <sup>6</sup> Schmitt, Amigo e Inimigo. The Concept of the Political; Cfn. Maltez, Adelino; Princípios de Ciência Política; ISCSP, 2005.
- <sup>7</sup> LARA, António, *Ciência Política*: estudo da ordem e da subversão. Lisboa: ISCSP, 2005, pp. 38.
- <sup>8</sup> \_\_\_\_\_. *A grande mentira*. Lisboa: Hugin, 2004. Cf. Introdução.
- <sup>9</sup> \_\_\_\_\_. *Ciência Política*: estudo da ordem e da subversão. Lisboa: ISCSP, 2005. p. 460;
- <sup>10</sup> \_\_\_\_\_. *A Subversão do Estado*. Lisboa: ISCSP, 2000.
- <sup>11</sup> \_\_\_\_\_. *O Terrorismo e a Ideologia do Ocidente*. Coimbra: Almedina, 2007. p. 43;
- <sup>12</sup> íbis, ibidem;
- <sup>13</sup> íbis, ibidem;
- <sup>14</sup> íbis, ibidem;
- <sup>15</sup> LARA, António. *Ciência Política*: estudo da ordem e da subversão. Lisboa: ISCSP, 2005. p. 463.
- <sup>16</sup> US Department of State, Cronologia do Terrorismo 1961-2003. Disponível em: <<http://www.state.gov/r/pa/ho/pubs/fs/5902.htm>>.
- <sup>17</sup> History of Terror Attacks. Disponível em: <<http://www.multied.com/Terrorhistory.html>>.
- <sup>18</sup> íbis, ibidem;
- <sup>19</sup> Chronology of Major Terrorist Attacks Against U.S. Targets. Disponível em: <<http://www.cdi.org/terrorism/chronology.html>>.
- <sup>20</sup> MOREIRA, Adriano. *O novíssimo príncipe*. Lisboa: Editorial Intervenções, 1977.
- <sup>21</sup> \_\_\_\_\_. *Ideologias e Política Internacional*, AA do ISCSPU, 1968.
- <sup>22</sup> \_\_\_\_\_ et al. *Legado político do Ocidente*. Academia Internacional de Cultura Portuguesa, 1988.
- <sup>23</sup> MACEDO, Jorge Borges. *História Diplomática de Portugal*: constantes e linhas de força. Lisboa: Instituto de Defesa Nacional, 1987.
- <sup>24</sup> KJELLÉN, Rudolf. *Der Staat als Leben form*. Cf. Dias, Carlos. Geopolítica: teorização clássica e ensinamentos. Prefácio, 2005.
- <sup>25</sup> íbis, ibidem;
- <sup>26</sup> CUNNCLIFFE, Barry. Atlas of World History. Barnes & Noble, 1997.
- <sup>27</sup> GADDIS, John Lewis. *A História da Guerra-Fria*. Lisboa: Edições 70, 2006.
- <sup>28</sup> KISSINGER, Henry. *Diplomacia*. Lisboa: Gradiva, 2007. 2. ed.
- <sup>29</sup> Disponível em: <<http://www.dictionaty.com/>>.
- <sup>30</sup> LARA, António. *O terrorismo e a ideologia do Ocidente*. Coimbra: Almedina, 2007. p. 30.
- <sup>31</sup> íbis, ibidem;
- <sup>32</sup> íbis, *A grande mentira*. Lisboa: Hugin, 2004. p. 13.
- <sup>33</sup> Disponível em: <<http://nostrumtempus.blogspot.com/2007/12/escala-de-cdigos-geopolticos.html>>
- <sup>34</sup> GRAY, Colin S. *European Perspectives on US Ballistic Missile Defense*. Disponível em: <<http://www.nipp.org/Adobe/europe.pdf>>.